

“ZEFA CAFÉ”: A MULHER QUE BORDOU A MINHA HISTÓRIA “ZEFA COFFEE”: THE WOMAN THAT EMBROIDERED MY STORY

José Wanderley Alves de SOUSA¹
Universidade Federal de Campina Grande /UFCG
vagalumewanderley@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho toma como base teórica os postulados da Análise de Discurso de Orientação Francesa, a fim de discursivizar as histórias cotidianas que circulam nos discursos de velhos. Busca, especificamente, analisar as estratégias discursivas utilizadas pelos velhos na reconstituição de suas histórias de vida, para entender a interrelação que se estabelece entre discurso, história cotidiana e memória. A partir das lembranças de velhos, pelo viés metodológico da história oral, a pesquisa possibilitou a reconstituição de momentos significativos da história de São José da Lagoa Tapada-PB/BR. Realçou-se, assim, que as lembranças de velhos possibilitam a representação e construção da diversidade cultural e as identidades do povo que se efetivam pelos discursos, a exemplo da história de Dona Zefa Café, uma das colaboradoras da pesquisa. Constatou-se, portanto, neste trabalho, o diálogo que se fia entre discurso, práticas culturais, história cotidiana e memória.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. História. Memória

ABSTRACT: The present work takes as its theoretical basis the postulates of the Discourse Analysis of French Orientation, in order to discursivizar the everyday stories that circulate in the discourses of old people. It seeks, specifically, to analyze the discursive strategies used by the elders in the reconstitution of their life histories, to understand the interrelationship between discourse, daily history and memory. From the memories of old people, due to the methodological bias of oral history, the research made possible the reconstitution of significant moments in the history of São José da Lagoa Tapada-PB. It was emphasized, therefore, that the memories of old people allow the representation and construction of cultural diversity and the identities of the people that are effected by the speeches, as in the history of Dona Zefa Café, one of the collaborators of the research. Therefore, in this work, we verified the dialogue between discourse, cultural practices, daily history and memory.

KEYWORDS: Discourse. Story. Memory

Discurso, texto e interpretação.

O texto é um conjunto de relações significativas que, por sua vez, é tomado como exemplares de discurso e tem, conseqüentemente, relação com a formação ideológica. Para a Análise de Discurso de Orientação Francesa (doravante AD), o texto não é considerado um objeto acabado, pronto. O texto é, para o analista do discurso, materialidade linguístico-histórica, suporte de uma unidade teórica: o discurso, objeto central da AD.

A noção de discurso supõe que, no interior de uma língua, só uma parte do que é dito é acessível e que este dito delimita uma identidade. As unidades do

¹ Professor Doutor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Centro de Formação de Professores – CFP, Campus de Cajazeiras, PB. Atua no Curso de Letras/Língua Portuguesa e no Mestrado Profissional em letras – PROFLETRAS.

discurso são resultados ao mesmo tempo da língua e da história. O discurso não é, pois, um conjunto de textos, ele é uma prática constituída por ideologia e, para entendermos, é preciso compreender. Essa ideia é balizada pelos estudiosos da Análise de Discurso de orientação francesa (AD).

Na AD, não trabalhamos com a língua fechada nela mesma, como na linguística, tampouco com a história e sociedade, como se elas fossem independentes, mas com a ideologia materializada na linguagem, e este trabalho se dá, sobretudo, a partir de seu objeto central, *o discurso*, objeto sócio-histórico. A propósito do discurso, Orlandi (1999, p. 15) afirma que "a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem", controlado por uma instituição, pois o discurso não é propriedade do sujeito, ele está inscrito numa dada formação social, a qual espelha, por sua vez, uma determinada formação ideológica.

Encaminhando um novo olhar para a linguagem, a AD não a compreende dentro da visão redutora que a considera, apenas, enquanto meio de comunicação, pois, assim, estava negando a historicidade do próprio sujeito. Dentro desta perspectiva discursiva, entendida enquanto materialidade ideológica, a linguagem não pode ser compreendida desvinculada dos processos histórico-sociais, fora da sociedade, pois ela é sítio de conflito, de confronto ideológico. Nessa constelação de relações conceituais requeridas pela AD, a interpretação emerge como constituição de sentidos, nos sujeitos, entendida como efeito daquelas esferas, articuladas na linguagem. Decorre daí a ideia de que o sujeito é assujeitado, uma vez que o seu discurso é sempre afetado, atravessado pela ideologia, pela história, pela língua, todas estas instâncias de poder.

Mas o discurso não se relaciona, pois, apenas à instância do poder, ele também está associado ao saber, pois saberes como o médico, o sociológico, o psiquiátrico, o literário etc. delegam ao seu portador a autoridade do discurso verdadeiro, aceito pela sociedade. O discurso é, em síntese, a possibilidade do dizer e do não dizer, do ir e vir do(s) sentido(s) circunscrito(s) nas instâncias: social, política, histórica e ideológica que estabelecem os limites da produção discursiva.

Discurso, História Local e Práticas Cotidianas: tecendo a base teórica.

O primeiro requisito básico para se entender o lugar da história local é tomá-la como constitutiva do conhecimento histórico, enquanto possibilidade de crítica a uma história geral, que não admite que a formação da identidade social dependa das relações que se estabelecem entre sujeitos, enquanto propulsores das ações que movimentam e constroem a história individual, local, global.

Concebemos que a história local se constitui cenário ideal para o delineamento dos direitos civis, políticos e sociais do indivíduo, enquanto parte constitutiva da coletividade. Na perspectiva de inserção da história local como parte integrante das preocupações do campo educacional, podemos concebê-la como importante instrumento de conscientização dos indivíduos que formam uma sociedade.

Trata-se, por esse viés, de tomá-la como parâmetro para se entender a historiografia, a ciência histórica enquanto processo de constituição de sujeitos sociais, a partir das vivências locais. Isto porque esta história local se impõe como desafio ao reconhecimento, à elucidação de uma história que não se faça apenas doutrinária, reprodutora das relações de poder.

É por este viés que se anseia por um ensino de história na Escola Fundamental que possibilite, ao educando, a compreensão do processo histórico que se faz pelo passado público, pelas práticas culturais, pela vivência cotidiana e que, como tal, coexiste entre os homens do campo, entre os velhos sentados nas calçadas, entre as crianças que brincam na rua, entre as benzedeadas que rogam chuva para os lavradores castigados pelas secas.

Certo é que a história também se infiltra no imaginário do povo que, pela ordem dos discursos, quer se fazer enxergado, sentir-se plural. E é pela linguagem, segundo Certeau (1998, p. 41) que esse imaginário pode se constituir história. “A linguagem do imaginário multiplica-se. Ela circula por todas as nossas cidades. Fala à multidão e ela a fala. É o nosso, o ar artificial que respiramos, o elemento urbano no qual temos de pensar”.

Ancorados nessa visão de que a vivência cotidiana, enquanto constitutiva de uma história local e presente, é fundamental para a produção de uma consciência

política e como tal, desenoveladora de transformações significativas para a sociedade, causa-nos estranheza que a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2008) não apresenta, claramente, diretrizes para a inserção do estudo da história local e do cotidiano e história das organizações populacionais como eixos temáticos do currículo escolar, especialmente nos primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.

Ressaltamos que o ensino de História Local na escola fundamental precisa ser repensado, porque sobre ele incidem fatores sociais, políticos e culturais fundamentais para as concepções de mundo do aluno e do professor e para a análise das reais condições para a efetivação de trabalhos de qualidade em favor do reconhecimento, da noção de pertencimento de nossos alunos a um viés da história que foi construído pelos seus antepassados mais próximos e que precisa ser preservado por eles, enquanto sujeitos de uma “nova história”.

Esses trabalhos, na maioria das vezes, têm se aliado ao campo da Linguística e fundamentado, também, com olhares da Sociologia, da Psicanálise, da Pedagogia e de outras áreas do conhecimento. Essas novas possibilidades de utilização de outras fontes, além do documento escrito têm suscitado a realização de significativos trabalhos no campo da história oral.

Com esta certeza, apoiamo-nos nessas novas propostas de investigação do cotidiano histórico e, a partir dos relatórios orais de velhos, vislumbramos a possibilidade de apresentar outras formas de trabalho com a história local no Ensino Fundamental. Quando nos propusemos a desenvolver um trabalho de reconstituição de momentos significativos da história de São José de Lagoa Tapada-PB, já havíamos decidido que os relatos orais se constituiriam como um dos principais instrumentos para a nossa investigação. Este tipo de fonte tem sido tomado por diversos ramos de estudo e pesquisa, como fundamento para que se perceba a importância que a narrativa tem adquirido, nas investigações que se ocupam de analisar e entender as ações do homem no cotidiano.

Nossa preocupação era de, a partir de nossa investigação, abordar, sobretudo, alguns problemas educacionais que emperram a dinamização do trabalho desenvolvido em sala de aula com crianças. Especialmente, porque esses sujeitos caminham com as marcas do cotidiano com o qual convivem e, nesse

espaço de cotidianidade, buscam referências nos professores, nos pais, nos avós, na comunidade. Nesse movimento dinâmico de formação, importam para eles os valores, o desvendamento das suas origens, a fim de que possam estabelecer referenciais com o presente e o futuro que se lhes apresentam.

Na convocatória dos velhos narradores, é o desejo de perpetuação da experiência, como bem falou Benjamin (1980, p.58 -59):

A experiência que anda de boca em boca é a fonte onde beberam todos os narradores. E, entre os que escreveram histórias, os grandes são aqueles cuja escrita menos se distingue do discurso dos inúmeros narradores anônimos. [...] Só para quem faz idéia de ambos é que a figura do narrador adquire plena materialidade [...] – em qualquer caso o narrador é um homem que dá conselhos ao ouvinte [...] O conselho, entretido na matéria da vida vivida, é sabedoria.

Dito isto, é claro para nós que a narrativa faz parte do imaginário infantil e a figura do narrador, do contador de histórias, é quase sempre associada, na nossa realidade nordestina, ao colo do avô, ao tio sentado na cadeira de balanço, às nossas benzedeiras, parteiras, cantadores de viola e tantos outros personagens de uma história real que povoam a nossa imaginação. Mas não tomemos apenas a narração dos contos do imaginário popular, mas o que a criança escuta pelos quatro cantos da vida: as faturas de ontem, as dificuldades de hoje (ou vice-versa), as doenças, as mortes dos entes queridos, as celebrações pelos santos de devoção, os cultos dominicais, a moda de outrora, as extravagâncias de hoje, a primeira televisão na sala... o tempo lembrado, o tempo vivido. Esse narrador escreve nas paredes da casa a sua história. Ele cola nas pedras da rua a sua fotografia.

Essas imagens e responsabilidades evocadas nas falas cotidianas dos narradores são também pensadas por Bosi (1994, p.73).

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados passados, mas não a memória.

Le Goff (1996, p. 172) reforça estes postulados ao dizer que a sua percepção histórica de mundo começou a ser desenhada pela memória, pelas histórias contadas por seus pais. Diz ele:

Foi através da memória de meus pais – e mais ainda pelo contato com uma memória dos tempos de sua infância e da sua juventude que sobrevivia nos seus caracteres, nas suas idéias, nos seus

comportamentos cotidianos – que se edificou em mim o sentido da duração, da continuidade histórica e, ao mesmo tempo, das rupturas.

É a memória que, pela ordem do discurso, se ressignifica, a partir das contribuições de Bakhtin, de Pecheux e de tantos outros estudiosos e se constitui como memória discursiva, como atesta Silva (2018, p. 201):

[...] não podemos falar em memória discursiva a partir de um sistema que se fecha em si mesmo, sem aberturas para repetições, transformações e transmutações que geram o novo e o inusitado. Repensar o sujeito nos remete a uma nova maneira de ler a materialidade e, conseqüentemente, o marxismo. Quando mexemos nessa noção, pagamos um preço: o de não poder nos ancorar em universos logicamente estabilizados, e é na complexidade da vida humana, nos seus discursos, e na materialidade que assola o ser e as práticas que nos embrenhamos enquanto analistas.

E foi de uma imagem guardada do meu avô sentado na calçada, a contar histórias de “heróis” que tão bem conhecíamos, mas que não estavam estampadas nos manuais da “história oficial” que nasceu esta nossa preocupação com o resgate das memórias dos velhos moradores de São José da Lagoa Tapada, “cidadezinha cheia de graça” do Sertão Paraibano.

O intuito de uma pesquisa maior que empreendemos (SOUSA, 2003) da qual o presente texto faz parte é de apresentar possibilidades de efetivação e dinamização do ensino de História local na Escola Fundamental, numa comunidade que não dispõe de documentos escritos que sistematizem essa história, pela reconstituição das lembranças de velhos. Assim, optamos por trabalhar com relatos de velhos que vivenciaram momentos significativos dessa história, na qualidade de atores que (re)fizem esse percurso histórico, interpretando-o, modificando-o. É bem verdade que a história não se esgota, não se reconstrói, plenamente, por esses discursos, por isso, num segundo momento, buscamos acrescentá-los com informações obtidas em fontes escritas (documentos, atos legislativos, jornais, folhetos etc.), além de documentos iconográficos, obtidos junto aos que construíram a história das “terras-do-sem-fim” desse Brasil.

Na busca de informações mais precisas, mais contundentes é que optamos por registrar e analisar os depoimentos de narradores que Bosi (1994) denominou como *Lembranças de Velhos*. Quem sabe, por essas lembranças, possamos garimpar

e registrar os sentidos dos arquivos que não foram escritos nos documentos oficiais?

E porque Bosi (1994) serviu-nos de ponto de partida para as nossas investigações, serviu-nos também como pista para delinear um segmento do universo da nossa pesquisa: os velhos; os sujeitos colaboradores de nossa investigação, especialmente, através das suas histórias de vida, a nós repassada sob a forma de relatos orais, registradas por entrevistas gravadas e depois transcritas por nós, tentando ao máximo ser fiel ao registro oral daqueles relatos. O objetivo maior da pesquisa que empreendemos (SOUSA, 2003) foi o de registrar e reconstituir momentos significativos da história de São José de Lagoa Tapada/PB, a partir das lembranças de velhos. Nesse texto específico, apoiamo-nos nas lembranças de Dona Zefa Café, uma das nossas colaboradoras, cujo nome é aqui divulgado apoiado pelo termo de cessão assinado pela colaboradora, quando da realização da pesquisa (SOUSA, 2003).

No discurso de Zefa Café: as tramas de tantas histórias.

O discurso de Dona Zefa é a representação da heterogeneidade discursiva e da representação ideológica de um segmento da sociedade brasileira. Mulher, negra, semianalfabeta, pobre, moradora de uma pequena cidade do Sertão Paraibano, a locutora deixa aflorar, na sua fala, os elementos constitutivos de sua visão de mundo. Ao renunciar o seu eu e assumir o discurso de um outro enunciador, assume, *a priori*, a condição, não de ator social, mas de espectador. Entretanto, ao materializar o discurso, dá corpo às suas ideias. Vejamos:

— Meu nome é Jusefa Izidoro Lorenço. Eu nasci im vinte e cinco. No dia dez de abri. Sô fia de João Lorenço de Sôza e Juaquina Maria da Cunceição. Juaquina Café, o povo chamava Juaquina Café. O povo chama nós a Famía Café. Deve de sê o preto do côipo. Mamãe dizia que nós tinha parte cum iscravo [...] Eu num sei [...].
Eu nasci e me criei im São José. Piquena, nós morava no Jinipapêro, nos Grigório, cum o marido de Dona Raimundinha Grigório [...] Era prá dentro alí, depois do Cimitério Vêi. Adepois nós vêi prá rua, im 72.

O universo narrativo é marcadamente feminino, já que a figura da mãe é a síntese de suas atitudes, de suas representações. Se no segmento 1, a caracterização é sua, no segmento 2, a visão sobre a história passa a ser a da mãe, que se transforma em interlocutora. A contextualização apresenta a narrativa

ligada ao extralinguístico. É o povo que nomeia a família. Essa estratégia explicita a condição da locutora sentir-se um elemento “diferente” no grupo: “O povo chama [...] nós tinha parte [...] Eu num sei”. Assim, a determinação de ser chamada pelo atributo da cor e a não certeza da afrodescendência marca a consciência da discriminação social camuflada no interdiscurso da locutora.

Valendo-se das lembranças da mãe, a locutora vai descortinando a cena enunciativa e pontuando os momentos significativos da sua história, que se enovela a da primeira. Os ofícios singulares desenvolvidos pela figura materna são típicos do universo feminino, sobretudo no Nordeste brasileiro, que ainda guarda resquícios de uma sociedade machista. Circunscrita a esse ambiente doméstico, a narradora vê na mãe a síntese da força, que suplanta a de muitos homens. Parece que num relance é possível enxergarmos, na figura da interlocutora, a de Luzia-Homem, personagem de Domingos Olympio, capaz de carregar “uma parede na cabeça”. Some-se a essa figura, o patuá como certeza da força, segurança e auxílio divino. Vejamos o segmento 2:

— Toda vida eu vivi na cumpãia de Mãe e ela morreu na minha cumpãia [...] Eu me lembro, piquena, brincava de guizado, panelinha [...] as cumida era fôia nas panelinha. E ajudava Mãe im casa [...] buscá lenha. E ia buscá água nas cacimba. Brincava de trocim [...].

— Mãe sempre trabaiô. Na roça, ajudava pai [...] ajudava [...] criava nós, nunca recramô. Tinha a fôça de déiz homi. Benzia os minino da redondeza [...] toda versidade de duença: quebranto, ispinhela caída, mal uiado, vento caído, úado [...] Uma vêiz Dona Raimundinha chegou [...] Vanildo só vivo. Dona Juaquina, qué Qui eu façu, o minino vai morrê. Só obrano e vomitano [...] Mãe tirou os ramo do pé de goiaba [...] Rezô. Leve, Dona Raimunda, adispois vai o reméido. Foi na roça, juntou aquela pução de raiz [...] Passô a tarde fréiveno [...] Cumarú, rumã, ocalipo. De tudo tinha. Quano acabá couo, butô num frasco, butô o xape e tocô prá rua.

A condição feminina é a temática central da narrativa. A postura da locutora é marcadamente avaliativa. Tomando como base o lugar de elemento ausente do evento narrado, ao deslocar sua fala para um interlocutor, deixa de assumir uma atitude responsiva sem, contudo, esvaziar seu juízo de valor sobre os fatos. Podemos comprovar essas afirmações no segmento seguinte:

— Morreu [...] Cento e dois anos [...] Morreu falano tudo, cunhicia o povo. Tinha as vista que nem sei. Quan’era moça, Mãe até bico de renda fazia. Eu achava bunito aqueles birro [...] Mais qui eu nunca que aprendesse. Eu me lembro, Mãe contava que era partêra. As muié dos sito butava prá sofrê e mandava chamá mãe. Quanu dava fé o cavalo riscava cum portadô: Dona Joaquina, a muié tá sofreno. Ajeitava o bisaco [...]

A ruptura constante na enunciação embaça o sujeito da linguagem e desloca para outro a condição de sujeito discursivo, que se materializa ora como ele, ora como nós. Nas poucas vezes em que a primeira pessoa é utilizada é para atestar a posição da mulher como sujeito determinado pelas formações ideológicas. O casamento é entendido como reafirmação da subserviência feminina. Mesmo que a interlocutora reclame esse lugar social para a locutora, é a generalização dos sentidos que o papel enseja que vai prevalecer na consciência de mundo da narradora. Vejamos a fala a seguir:

— Casá eu nunca quis [...] Nega preta só séive pá burrai e eu num agüento abuso di macho nenhum [...] Nunca dei trela [...] Um tempo eu inda fui noiva cum rapaiz do Aguiá, mais ele bibia muito e eu tinha medo de sê judiada. Na rega de muitos casamento qu'eu veijo, é mió só. Eu vivo mais esse nêgo meu irmão, nem oiço, nem digo. Titico num dá côidado, abuso. Entrô prá oitenta e três ano, mais num dá côidado [...] Mora eu e ele nessa casinha [...] apusentado ele e eu [...] Mas é nossa vidinha.

As representações construídas na narrativa não são as do sujeito que enuncia, mas dos discursos precedentes que criam os efeitos de sentido e as formas simbólicas pelas quais alguns grupos sociais são representados. Nem mesmo a condição de sujeito histórico é permitida (e assumida) pelos elementos desses grupos. Essas afirmações podem ser testemunhadas no segmento abaixo.

— Mais da istóra que tu qué sabê, eu sei o que Mãe contava. E a gente isquece. Eu isquici muito. Agora Mãe, Ela contava que São José era véi, do ôtro séco. O pai dela contava que aqui cumeçô cuns padi, numa iscola, Qui tinha ali onde hoji é Zé de Juí [...] E disse que no ôtro tempo, deu uma febe no povo e esses padi vieru cuidá de quem morava pur'essas banda. Qui essas terra tudo era da família do Coroné Zé Gomes de Sá, de Sôsa, chamava Oiticituba. Aí os padi vinha ajudava (/) côidava desse povo e os que murria eles interrava longi [...] Aí, os duente que murria da febre tinha que isolá dos ôtro (...) Disse qui interrava alí nu Cimitéro Véi [...] Mãe contava [...].

Ao calar-se, pelas interdições e silêncios, a locutora assume procedimentos de controle da sua história e deixa ao interpretador a tarefa de ler no interdiscurso a sua recusa aos lugares e papéis sociais que lhe são conferidos. Assume, assim, a função-autoria, que também admite o silêncio, um silêncio carregado de sentidos. Vejamos:

[Retoma a fala] — Eu me lembro que Frei Damião andô por aqui muitas vêiz, nas missão. Era muita gente [...] MUITA GENTE, DE TODO CANTO (...) Aquela práça era zelada. Cum umas graminha de concha, feito o nomi dele. A festa da Istáuta foi linda [...] Mais eu ía pôco na rua. As festa era cum parque, orquestra de Piancó [...].

— Os tempo vai passano e tudo si acaba [...] Os cunhido vai morreno, as coisa passano e quanu a gente da fé, ficou véi [...] Os tempo muderno, ff num obedece pai, muié num respeita marido [...] só perdição [...] Nôtro tempo não! [Pergunta as horas].

— Quanu aqui virô cidade, inda vá lá. Fizero essas praça, açogue, mercado, posto, maternidade [...] Hoje im vêiz de tê mais, tá é si acabano, eu num sei o que é isso. E tudo si acaba.

— É o que eu sei, o que Mãe dizia [...] O resto eu isquici (/) E a foto tu bota a de Mãe.

O percurso de análises até agora empreendido, permite-nos mapear alguns momentos significativos da história de São José da Lagoa Tapada. A maioria das representações imagéticas se repete nas narrativas dos velhos lembradores.

Desenovelando a linha da história de São José da Lagoa Tapada-PB.

Constatamos, ao longo do discurso de Zefa Café, como Bosi (1994), que a experiência de reconstrução do passado, pelas lembranças de velhos, assemelha-se à experiência da releitura que o adulto faz das narrativas lidas na infância. Assim sendo, entendemos que a releitura é a efetivação de uma nova leitura que se apóia na experiência da primeira, uma possibilidade de ler com outros olhos.

Pensada sob este prisma, a experiência da releitura constitui-se como exemplo da dificuldade, senão impossibilidade de reviver o passado tal e qual. Isto acontece porque as noções do presente determinam, pela ordem do discurso, o que pode e deve ser dito. As palavras e as coisas, na boca dos velhos, enquanto formações ideológicas, têm poderes inimagináveis. É a síntese da experiência, que pode se materializar por meio de múltiplas linguagens, até mesmo pelo silêncio.

No caso da narrativa de Dona Zefa, sob o aparente esvaziamento das suas lembranças, descobre-se, atado a ela, o fio condutor, que nos permite enxergar os traços mais longínquos da história de São José da Lagoa Tapada. As filigranas revelam práticas cotidianas ganham corpo e substância, através de pequeníssimos detalhes lembrados. Se ela preferiu falar pela boca da mãe, é porque certamente, sobre o peso dos anos vividos por ela, estão “muitos tijolos” da fundação do lugar. E, sob a timidez que lhe é peculiar, a narradora vai pontuando os elementos que julga mais relevantes para a sua história.

O primeiro ponto de destaque na narrativa é a menção direta às origens da cidade. Ao assinalar a presença de padres, numa escola da zona rural da cidade, em séculos passados, a narradora rememora fatos que, sob o olhar dos historiadores,

nunca foram analisados e apresentados à comunidade. Entretanto, diluídas entre os tratados de História da Paraíba, encontramos, ainda que sem um maior aprofundamento, algumas explicações para essas lembranças.

Não há registros precisos sobre a data de fundação da história de São José da Lagoa Tapada. O que se deduz é que as suas origens estejam diretamente ligadas à história do município de Sousa, que foi conquistada por Teodósio e Francisco de Oliveira Lêdo, por volta de 1723. A menção feita pelos narradores sobre a presença de padres na região de São José, em séculos passados, ganha destaque na fala de Dona Zefa, porque se refere aos padres ligados a uma escola.

Em estudos históricos sobre a vida e a obra do Padre Inácio de Sousa Rolim, a quem se atribui a fundação da cidade de Cajazeiras, Leitão (1991, p.46) referenda a presença de habitantes no município de São José da Lagoa Tapada, através da figura de Manoel Rolim, irmão de Padre Inácio Rolim que, tendo se formado em Direito, no ano de 1837, abdicou de todos os bens materiais e decidiu residir em São José da Lagoa Tapada, onde fundou uma escola de Latim.

A validação dessas informações pode ser requerida, uma vez que o professor Manuel Rolim era ligado diretamente à família Gomes de Sá, pelo casamento com Ana Maria de Sá, filha do Coronel José Gomes de Sá, proprietário de grande parte das terras daquela região. O mesmo documento histórico atesta o nascimento de João Gualberto de Sá, no dia 14 de janeiro de 1850, na cidade de São José da Lagoa Tapada. Certo é que, pelo fio da lembrança da narradora, encontramos os vestígios da história de São José da Lagoa Tapada, assinalados entre os séculos XVII e XVIII.

Sobre a referência da narradora ao Cemitério Velho, como lugar onde eram sepultadas as vítimas de surtos epidêmicos, o mesmo historiador (LEITÃO, 1991, p. 87) refere-se às epidemias de cólera no Sertão Paraibano, entre os anos de 1856 e 1862. Essas pestes, segundo os estudos históricos, eram acompanhadas mais de perto por religiosos dispostos a cuidar dos doentes e isolá-los dos mortos pela doença, que eram enterrados em lugares distantes dos povoados.

Na figura de Dona Zefa, conseguimos enxergar o historiador do povo, que não assinala os anos vividos pelas datas estampadas nos calendários. Conta muito mais a experiência repassada, boca a boca, *por todos os séculos, dos séculos, amém!*

O risco do bordado: algumas considerações finais.

A história de Dona Zefa, como a de tantos velhos desse Brasil, não é uma história individual, é um somatório de experiências vividas no grupo. A comunhão dessas vivências transforma-se em memória coletiva e asseguram a continuidade da dinâmica do tempo social. A história do outro, quando atada à minha, por vezes vira até uma segunda pele, um espelho, onde não enxergo o meu eu, mas contemplo o nós, como Dona Zefa contemplou a mãe e mirou-se no fio da mesma história. Pelas lembranças de velhos percebe-se o risco do bordado da vida cotidiana em toda a sua plenitude.

E, com estas histórias, defendemos o construir conhecimento na Educação Básica, em que o saber do povo mescla-se a outros saberes e faz gente humana, capaz de manter os bens relacionais. São histórias em cuja materialidade linguística veicula a simplicidade do existir, traçando valores que sobrevivem a gerações.

Logo, na certeza de que a história aqui registrada revive em variados sentidos, uma vez que o olhar do pesquisador é único e apenas um, deixamos nosso desejo de que as narrativas de velhos recebam o devido valor nos vários universos de discurso por onde passar.

Referências

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 7 ed. São Paulo: brasiliense, 1994.

BOSI, E (org.). **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-10dez-site.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano 1**: Artes do Fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira et al. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEITÃO, D. **O educador dos sertões**: vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim. Teresina: Graf. Estado do Piauí, 1991. 166p. (Coleção "Documentos Sertanejos", 2).

SILVA, Jerto Cardoso da. A memória discursiva: reflexões a partir de Bakhtin e da análise de discurso. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 19, n.1, 2018.

SOUSA, J. W. A. de. **Se não me falha a memória**: o discurso da história cotidiana nas lembranças de velhos. 2003 282 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Lingüística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.